



# Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 166ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1975

(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomei.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomei, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes 44, achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Fabiano Braga Cortes, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira e Valter Pietrângelo 10.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Não há expediente a ser lido.  
Passa-se a

### ORDEM DO DIA.

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 59/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 112/75 que aprova o Termo Aditivo ao Acordo nº 01/75, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência da Região Sul - SUDESUL e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, com a seguinte

### ORDEM DO DIA.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 59/75.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 167ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomei.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomei, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Eneas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes 44, achando-se ausentes os Srs. Deputados Mauricio Fruet, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Fabiano Braga Cortes, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira e Valter Pietrângelo (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

Mensagem 68/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de RIO BOM, objetivando a construção na sede do referido Município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da matéria está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado.

- À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem 69/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de QUA TIGUÁ, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde

funcionam o Ginásio Estadual "Pedro Gonçalves Lopes" e o Grupo Escolar "Sílvia Zanini" da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja consignado em ata dos nossos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ANA MARIA MADER CARVALHIDO, esposa do Cel. Haroldo Carvalhido, ex-Secretário da Educação e Cultura do Paraná, que prestou relevantes serviços do Estado no campo de obras sociais auxiliando sobremaneira o seu esposo. Pessoa de grande sensibilidade para os problemas sociais viveu engajada nos movimentos voltados para o atendimento dos pobres, principalmente em campanhas de Natal e agasalhos.

D. ANA MARIA MADER CARVALHIDO, deixa a sociedade paranaense profundamente consternada, pois a sua presença e atividade sempre contribuiu como testemunho de vida para todos que a rodeavam. Era filha do saudoso Dr. Odilon Mader que foi o Secretário de Estado e construiu o Porto de Paranaguá, sendo ainda sobrinha do saudoso homem público OTHON MADER.

Solicitamos, outrossim, que da manifestação desta Assembléia seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

a) DAVID FEDERMANN

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Alvaro de Quadros, ocorrido nesta cidade, no dia 23 do corrente.

O extinto era membro de tradicional família paranaense e o seu passamento causou profundo consternação em nossa comunidade.

Requer igualmente que deste ato se dê conhecimento à enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Casa, após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ DIPP, aposentado do Ministério da Agricultura, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento, à Avenida Iguaçu, 2017.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER à Casa, ouvido o plenário, seja consignada em ata dos trabalhos da Sessão de hoje um voto de louvor ao Jornal PRÓ-GÊA, sediado em Curitiba, pelo seu editorial nº 14, sob o título "O CANHÃO E O TANTÃ", pelo teor de conscientização cultural, eticamente ecológico, contrário à dominação indiscriminada da Natureza, que comunica ser a vida o conjunto de seres vivos, e denuncia a limitação do antropocentrismo acirrado, a conduzir à escravidão o homem de uma tecnologia desumana. Um hino à Liberdade que abaixo se transcreve:

"Há algum tempo os jornais publicaram que a República do Zaire, na África, aboliu as salvas de canhão nas cerimônias cívicas, e nas homenagens a visitantes estrangeiros ilustres. Agora, em lugar do estrondo das peças de artilharia, é o som do tantã africano que ecoa pelos ares nas solenidades oficiais. Um acontecimento "exótico" como esse, aparentemente sem nenhuma importância, tem um significado muito profundo: mostra que, no continente africano está ocorrendo uma tomada de consciência cultural de uma radicalidade que mal chegamos a suspeitar. Ao que tudo indica, a África começa a assumir sua riquíssima herança cultural, e, ao mesmo tempo, questiona e recusa alguns princípios fundamentais que tem caracterizado a cultura ocidental.

Nós, ocidentais, normalmente não somos conscientes dos símbolos pelos quais nossa cultura se expressa e do significado que eles podem assumir quando são transfigurados no contexto de outras culturas. Afinal, o que é um canhão? É uma arma feita para destruir e matar. Entretanto, mais do que isso, o canhão é um símbolo privilegiado da cultura ocidental. Ele representa todo um saber tecnológico voltado para satisfazer os desejos e interesses da mentalidade ocidental antropocêntrica e etnocêntrica. Sim, porque toda a crise ecológica que o mundo está vivendo atualmente é o resultado do sucesso da tecnologia ocidental em atingir os objetivos implícitos na velha crença judaico-cristã, reforçada pelo humanismo grego, de que o homem é o centro do universo, o ser mais importante da criação, separado do ambiente natural e independente das leis ecológicas que regem todos os seres vivos.

O canhão é um símbolo de toda a concepção da tecnologia ocidental, voltada para a "dominação da natureza", ou seja, para adaptar o mundo vivo e não vivo ao homem, sem levar em conta os direitos, as necessidades e a segurança das demais espécies. Além disso, o canhão é a arma que o Ocidente utilizou para conquistar, dominar e impor seus valores a outros povos, na crença de que sua civilização era superior às demais civilizações da Terra.

Até há algum tempo atrás a maior parte dos ocidentais cultos ainda alimentava esta crença. Os sucessos da ciência e da tecnologia, assim como o aspecto sobrenatural do cristianismo, eram provas incontestáveis da nossa superioridade. Hoje em dia está claro que não foi falta de conhecimentos que as grandes civilizações do Extremo-Oriente e de outras partes do mundo deixaram de desenvolver uma tecnologia nos moldes ocidentais. Afinal os chineses conheciam a pólvora, a bússola, a imprensa e outros inventos muito antes do Ocidente. A Ásia não desenvolveu uma tecnologia e um estilo de vida agressivo em relação à natureza porque tinha uma ética mais ampla e mais evoluída que a nossa, uma ética ecológica que não coloca o homem como o único ser digno de respeito, mas inclui os seres vivos. O mesmo pode ser dito em relação às culturas ditas primitivas da América e da África.

Talvez o aspecto mais marcante da civilização ocidental é que ela não reconhece que todas as espécies vivas têm direitos iguais e inalienáveis à vida. É uma descoberta recente da ecologia o fato de que a vida na Terra é mantida por todo o conjunto de

seres vivos, que a diversidade biológica é um dos fatores fundamentais para o equilíbrio ecológico. Mas graças a essa ignorância fundamental, as nações desenvolvidas, que representam a concepção antropocêntrica levada às últimas consequências, com a poluição, o desperdício de energia e matérias primas e a ocupação dos espaços destinados às outras formas de vida, estão destruindo o sistema de suporte de vida no planeta, o resultado de bilhões de anos de evolução orgânica, em busca de objetivos imediatos e mesquinhos da sociedade humana de consumo.

O canhão simbolizou tudo isso, toda a postura ocidental diante do universo, toda a sua conduta histórica: o alheamento da Natureza, a violência e a morte. É bastante revelador o fato das sociedades ocidentais terem instituído o costume de comemorar com o som mortífero dos canhões e tudo o que isso significa, o regozijo das suas datas mais festivas e solenes.

Em contraposição, o que significa o tantã para o africano? O tantã é um meio de comunicação dos homens entre si e dos homens com os seus deuses tribais. Seu som evoca a Natureza luxuriante da África: o ritmo da melodia dos pássaros dentro da mata, o caminhar dos elefantes, o vôo das aves selvagens, o salto do antílope, a dança, a alegria, o amor à vida, a integração e a harmonia do mundo humano com o meio natural. Os ritmos imprevisíveis que um tocador de tambor africano tira de seu instrumento e do passado sem tempo de sua raça, trazem de volta a velha sabedoria africana, uma sabedoria que por milênios e milênios mostrou e assegurou a inúmeras gerações de africanos meios reais e seguros de realizar os mais elevados ideais de cultura e humanidade.

O toque do tantã do Zaire quer dizer que a África está viva, livre e disposta a mostrar ao mundo que possui outra forma, talvez mais apta do que o modelo ocidental, de fazer com que os homens e os demais seres vivos, vivam e tenham o máximo de realizações e felicidade nesta curta passagem pela Terra. O tantã africano afirma também, um alto e bom som do fundo do coração da velha África, que os fins últimos de toda a vida, em toda a sua variedade e multiplicidade de seres, que o homem e a Natureza formam uma unidade indissolúvel. E que toda vez que o homem volta-se contra a Natureza, querendo dominá-la, está voltando-se contra si mesmo.

A África atingiu o momento de maturidade para escolher seus próprios caminhos e reassumir os valores de sua cultura milenar. Por isso o Zaire colocou-se o problema da opção entre os valores da civilização ocidental — que escolheu uma forma de vida insustentável e um relacionamento com a Natureza inviável a médio e longo prazo — e os valores da velha cultura africana que, pelo espaço de milhares de anos, provou ser capaz de proporcionar a felicidade aos homens e uma convivência harmoniosa, sustentável indefinidamente, com o meio natural do qual o homem depende para sobreviver.

Por isso o Zaire colocou-se o problema de optar entre o canhão e o tantã. Existe um abismo imenso entre esses dois símbolos culturais; entre o troar impessoal, carregado de violência e destruição, e os ritmos cheios de vida que saem das mãos do tamboeiro com êxtase. De um lado está a destruição da Natureza, a ideologia do crescimento permanente, do "progresso", do desperdício, do desequilíbrio e entropia, da morte; do outro lado está a Natureza, a felicidade nacional bruta, o equilíbrio, a economia, ecológica que capitaliza economicamente sem descapitalizar ecológicamente, a vida. O Zaire escolheu o tantã, a vida, a única opção que faz sentido, uma opção que a maior parte das nações "subdesenvolvidas" ainda não teve a coragem de fazer.

Por isso tudo o discurso do Presidente Mobutu Sese Seko, que tanto impacto tem provocado entre os conservadores e ecólogos do mundo inteiro, é um dos principais pronunciamentos políticos de nossa época: esse documento mostra porque o Zaire optou pelo tantã.

O subscritor, requer, uma vez aprovado o presente, que se dê

ciência deste ao Jornal PRO-GÊA — Caixa Postal 429 — Curitiba — PARANÁ.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o plenário, a inserção em ata, dos trabalhos de hoje, de voto de louvor à TV Cultura Canal 8, de Maringá, por ocasião de sua inauguração nesta data.

#### JUSTIFICATIVA:

Desejoso de cada lar paranaense que tenha condições de receber imagem de televisão, vemos com grande satisfação o funcionamento de mais uma emissora de televisão e temos a certeza, no afã de levar, a vasta e rica região a qual atingirá, a possibilidade à população de sua integração cada vez mais e melhor à realidade e aos acontecimentos mundiais, elevando com maior eficácia o seu nível cultural através da notícia, informação e entretenimentos. Desejamos cumprimentar Maringá e região pela ocorrência e externar nosso reconhecimento e louvor ao espírito empreendedor de homens como Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e demais diretores e funcionários que tornaram possível mais esta realização.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, o seguinte:

Na BR-277, na altura da Serra de São Luiz do Purunã, existe um recanto para descanso dos senhores motoristas que transitam por aquela importante estrada. Acontece, porém, que nesse local permanecem alguns espertalhões e assaltantes à espera de suas vítimas. Necessário se torna que o Secretário de Segurança determinasse batidas nesse local para realmente voltar a ser um recanto de descanso dos senhores motoristas.

Chegou ao nosso conhecimento inúmeros casos de roubo, achques, logro, enfim, toda a espécie de assalto ali praticado e que estão sujeitos os senhores motoristas.

Necessitando urgentemente, uma medida saneadora, o Secretário de Segurança deverá tomar as iniciativas que se fazem necessárias.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, depois de ouvido o plenário, no uso de suas atribuições regimentais, requer, em virtude de ter recebido convite da Entidade Mater, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura — CONTAG, para participar do 1º CONGRESSO DE TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO NORTE E NORDESTE, que terá lugar em Manaus, no período de 29 de setembro a 7 de outubro do corrente ano, a devida AUTORIZAÇÃO para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, adiantando que a mesma será totalmente livre de quaisquer ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 129/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA INTEGRADA ESTADUAL AMÉRICA, 2ª UNIDADE COMPONENTE DR. ERMELINO DE LEÃO.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

É perfeitamente dispensável longas explanações para justificarmos a presente proposição, pois é de notoriedade pública, os relevantes serviços prestados por Associações congêneres, e esta, provamos por documentos anexos, exigidos para tal fim, que, os componentes dessa Associação, trabalham por puro idealismo e gratuitamente, junto aos mestres para que haja maior entrosamento entre pais e professores, em benefício dos alunos de hoje, que serão os homens do amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Os parlamentares WERNER WANDERER, ERNESTO DAL'OGGIO, EGON PUDELL e JOSÉ LÁZARO DUMONT, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, REQUEREM seja encaminhado memorial reivindicatório a Sua Excelência Doutor ALLYSON PAULINELLI, nosso mui digno Ministro da Agricultura, solicitando o seguinte:

1 — Atualização da pauta de exportação de suínos, de acordo com a oscilação do mercado;

2 — Tributação do ICM, dos suínos, equiparada a do gado de corte;

3 — Crédito junto aos estabelecimentos bancários durante o ano todo, para aquisição de milho, ração balanceada e insumos; e que o pagamento seja parcelado, de acordo com a produção;

4 — Nos empréstimos bancários, no que se refere ao item anterior, que a garantia exigida não exceda ao financiamento obtido;

5 — Que os órgãos encarregados da política de preços do Governo estudem uma forma de estabelecer preços mínimos ou preços compensadores para a suinocultura, tomando por base os preços de regiões produtoras, com aplicação do Estatuto da Terra, no que couber (art. 85, § 1º).

JUSTIFICATIVA:

Constante do documento incluso.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975.

aa) WERNER WANDERER

EGON PUDELL

LÁZARO DUMONT

ERNESTO DAL'OGGIO"

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo hoje a tribuna deste Poder Legislativo, para advogar o interesse de um povo trabalhador, honrado e altruísta, em cuja comunidade soma-se 21.798 habitantes que na constância do trabalho à terra, produzem através de lutas inmanadas verdadeira riqueza em cada ano de atividade e na integração do desenvolvi-

mento econômico deste Estado: quase 22 mil habitantes vivem como se fossem ilhados, longe do centro urbano e afastado dos recursos que a estrutura política social deve oferecer a sua gente

Falo do povoado de Lidianópolis pertencente ao município de Jardim Alegre, na Comarca de Ivaiporã, povoado surgido espontaneamente pelo surto de progresso, graças as benesses que a Cultura naquelas terras roxas e vermelhas nas Margens do Rio Ivaí, oferece de bom e de progresso aos que ali habitam.

Situado a 20 km da sede do seu município, sendo esta a cidade mais próxima de seu povoado e na circunvizinhança se encontra como cidade mais próxima Faxinal que dista 50 km, sendo que as demais estão mais distantes ainda, ou seja, Reserva, São Pedro do Ivaí e Borrazópolis.

Lidianópolis está situado em um local estratégico, a estrada que liga Mauá e Ivaiporã, que, já se encontra recebendo a sua pavimentação asfáltica, passando por dentro do povoado, possui ainda outras ligações através de estradas municipais que liga com a sede de seu município, Borrazópolis e Lunardelli. A sua economia, agrícola, por excelência graças as suas terras de primeiríssimas qualidades, produz magistralmente arroz, feijão, milho e café.

Embora Lidianópolis tenha sofrido como sofreu o Paraná inteiro a violência das geadas deste ano, os cafeicultores ao invés de desanimar como ocorreu em muitas regiões, estão integrados na reforma dos cafezais e plantando novas lavouras, pois o fenômeno climático ocorrido em 17 de julho não conseguiu arrefecer os ânimos dos homens da cafeicultura lidianopolense.

A espetacular economia produzida naquela localidade marca posição de destaque no orçamento global do município tendo contribuído na última receita orçamentária de Jardim Alegre com 35 por cento do valor previsto para a arrecadação tributária.

O povoado já possui um Ginásio Estadual com oito salas de aulas e demais salas necessárias à administração com a denominação de Ginásio Estadual Anita Garibaldi. O referido estabelecimento de Ensino conta atualmente com 240 alunos matriculados possui um Grupo Escolar com nove salas de aulas, atualmente com 450 alunos matriculados nas diversas séries, trata-se do Grupo Escolar D. Pedro I. Além desses dois estabelecimentos de Ensino, no interior do povoado e dentro de sua área geográfica, existe mais 16 estabelecimentos de Ensino Primário, com mais de 1.500 alunos matriculados.

RELIGIÃO — Está em fase final a construção da Igreja Matriz, é e bom que se destaque uma das obras clericais das mais importantes da região.

No setor de representação político-eleitoral, de conformidade com certidão anexa a esse nosso pronunciamento, Lidianópolis possui 13 seções eleitorais com 2.898 eleitores inscritos.

A sua divisão agrícola é das mais perfeitas no sentido da harmonia produtiva de seu potencial; as propriedades são todas divididas em pequenos sítios, de 2 a 10 ALQUEIRES, são poucas as fazendas em área de mais de 50 alqueires, 800 mil cafeeiros existem em LIDIANÓPOLIS e que estão sendo reformados para voltarem à atividade de produção extraordinária que por muitos anos tem pesado na balança econômica da comunidade de Jardim Alegre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 29 de abril de 1974, já a Câmara Municipal de Jardim Alegre, através de seus Vereadores, "conforme documento anexo a este meu pronunciamento, dirigia ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO, daquela comunidade, através o ofício camaratício 25/74, abaixo-assinado, solicitando ao alcaide de Jardim Alegre a criação do distrito de LIDIANÓPOLIS, justificando ser aquele povoado pelo seu tamanho, pela sua extensão e pelo número de seus habitantes, carente deste benefício que, na opinião de seus Vereadores, já deveria ter chegado àquela Vila muito antes.

Lidianópolis, corresponde quase à metade da população

comunitária de seu município e oferece mais de um terço da Arrecadação Orçamentária da Comunidade. Logo, os benefícios pretendidos pelos lidianopolenses, que naturalmente serão proporcionados com a criação do Distrito Administrativo, e acima de tudo, uma aspiração justa, justíssima, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fica aqui o meu apelo às duas bancadas deste Poder Legislativo, representada pelas duas bancadas políticas, ARENA e MDB, nas pessoas dos ilustres representantes do povo do Paraná: para que dêem seu apoio ao projeto de Lei que, nesta oportunidade, dou entrada à Casa, autorizando o Poder Executivo a criar o Distrito Administrativo de Lidianópolis, no Município de Jardim Alegre, neste Estado.

Faço juntar, além dos documentos antes citados, Mapa Geográfico de Jardim Alegre, onde se pode verificar a delimitação do Distrito que se pretende criar.

Finalizando, pediria à Mesa, regime de urgência na tramitação deste projeto de lei, visto ser a pretensão de muitos anos, daquela valorosa gente, que conforme afirmamos em princípio, estão, por assim dizer, ilhadas e afastadas, dos benefícios que lhes pertencem por direito, visto a sua magistral participação econômico-social, e político, na comunidade Jardim Alegrense”.

O meu projeto de lei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está assim redigido: (Lê):

#### “PROJETO DE LEI Nº 130/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, no município de Jardim Alegre, o distrito administrativo de Lidianópolis, com as seguintes divisas:

Inicia na foz do Rio Alonso com o Rio Ivaí, subindo por este, acompanhando a divisa com o município de Grandes Rios, até encontrar a estrada que liga Jardim Alegre a Grandes Rios, seguindo por esta estrada até encontrar a estrada que liga a sede de Jardim Alegre a localidade de Barra Preta, nesse entroncamento segue em linha reta até a localidade de Placa Luar, seguindo daí pela estrada de Placa Luar e Pouso Alegre. Dessa localidade segue até as confrontações nos limites do município com o município de São João do Ivaí e daí acompanhando os limites do município até o ponto de partida.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando éramos postulantes de um cargo a ascender nesta Assembléia, falávamos, em nossa cidade, em nossa região, que o Governo do Estado do Paraná teria que dar uma melhor atenção ao Poder Judiciário, representado na comarca de Ponta Grossa, no que tange à melhoria de suas instalações, e quanto a criação de mais duas Varas Criminais, em nosso município.

Sustentávamos a tese de que o prédio que serve à Justiça de nosso Estado, era totalmente obsoleto, tanto em suas instalações, como em suas dependências de funcionamento das Varas ali sediadas, das zonas eleitorais ali credenciadas. Aquele prédio não tem, até o dia de hoje, as mínimas condições de funcionamento.

Na Princesa dos Campos, as atividades forenses são desenvolvidas de uma maneira, com um esforço até sobrenatural.

Tivemos o beneplácito do povo de Ponta Grossa e do Paraná e fomos eleitos Deputados.

Uma de nossas primeiras providências nesta Casa, foi fazer sentir a S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, à S. Exa. o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o problema que

nós, pontagrossenses, que nós da Região de Campos Gerais, vivíamos e pedíamos.

Hoje, estamos nesta tribuna para dar conhecimento a este plenário de que aquela solicitação feita pelo povo de Ponta Grossa, foi ouvida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, e mais ainda, pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Jayme Canet Junior.

No dia de ontem uma Comissão de Ponta Grossa, em contato que manteve com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, recebeu de S. Exa. a sua aquiescência àquilo que nós também pleiteamos, com a participação do município, doando uma área de terra.

O Sr. Governador do Estado, vendo que aquela nossa reclamação era uma reclamação da comunidade, vendo que aquela atividade a ser desenvolvida ali com a criação de um novo prédio para a instalação de mais duas varas na nossa comarca, era uma necessidade, também, acedeu. Por isso estamos hoje aqui, com a mesma disposição com que criticávamos, para dizer de nossa satisfação, não só deste Deputado mas de toda população de Ponta Grossa.

Em nome dos moradores dos Campos Gerais, queremos dar um voto de confiança ao Sr. Governador que reconheceu que Ponta Grossa, necessitava como realmente necessita, de um novo prédio para o funcionamento da Justiça ali representada, justiça comum e justiça eleitoral.

Creiam, Srs. Deputados, estaremos novamente nesta tribuna, com novas reivindicações e quando alcançarmos novas vitórias, teremos a ombridade suficiente para de público nos parabensar com este Governo, do qual nós do MDB também fazemos parte.

No dia de amanhã poderemos trocar de posição e nesta tribuna comparecerão os Srs. Deputados da ARENA e também iremos cobrar aquilo que nós possuímos, que é coerência partidária. Mas, acima de tudo, a decência política para a cidade, para a região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o quarto orador inscrito Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje é solicitar à Presidência e à Direção do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência deste estabelecimento bancário na sede do município de Santa Helena, pois Santa Helena é um dos municípios mais progressistas do Estado, coloca-se em 59º lugar na arrecadação do ICM. O seu comércio cresce vertiginosamente, bem como a instalação de novas indústrias e também a lavoura e pecuária.

Portanto, Sr. Presidente, vimos a esta Casa para solicitar o apoio dos Srs. Deputados para aprovação deste requerimento.

Temos um outro requerimento no sentido de que a TELEPAR acelere e dê prioridade à conclusão e instalação de telefones urbanos e interurbanos na sede do município de Santa Helena e também no próspero e progressista distrito de Vera Cruz do Oeste no município de Céu Azul.

Tanto Santa Helena como Vera Cruz do Oeste necessitam esta providência e com urgência, porque seu comércio, sua indústria e o seu povo sofrem, inclusive, no seu próprio progresso.

Apresentamos, Sr. Presidente, os seguintes requerimentos: (Lê):

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER, seja solicitado ao DD. Presidente da TELEPAR, Sr. Dr. Renato Antonio Johnsson, que sejam concluídos com urgência e prioridade os serviços de implantação telefônica urbanos e interurbanos na sede do município de Santa Helena e em Vera Cruz do Oeste.

O crescimento destas cidades que se tornam focos cada vez maiores de movimento econômico-financeiro exigem meios de comunicação adequadas para suas necessidades crescentes o que torna plenamente justificável o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975".

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja solicitado ao Exmo. Sr. Dr. Emílio Hofmann Gomes, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., a instalação de uma agência bancária na sede do município de Santa Helena.

#### JUSTIFICATIVA:

Santa Helena, município em plena ação desenvolvimentista e de progresso, coloca-se atualmente em 59º lugar em arrecadação de ICM; mas ainda não obteve a rede bancária à altura de sua pujança e vigor econômico, pois conta com somente um estabelecimento bancário. A criação da citada agência como se pretende, viria de encontro ao interesse não só do município de Santa Helena mas de nosso Estado, pois a estrutura financeira da progressista região seria impulsionada e dinamizada com a expansão de sua rede bancária.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975. "

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes, quinto orador inscrito.

O SR. WILSON FORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para encaminhar à Mesa um requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, dentro do que faculto o Regimento Interno e com o respaldo do plenário, REQUER, a designação de uma Comissão de Deputados para, incorporados com a Delegação do Noroeste e de Umuarama, composta de líderes, deslocar-se até a Capital da República para tratar de assuntos relativos à implantação de Usinas de Açúcar no Paraná, composta de três Senhores Deputados.

O Governo Federal contemplou o nosso Estado com 3 (três) usinas de açúcar, uma antiga reivindicação principalmente do Noroeste do Paraná. Concretizada a idéia, os líderes regionais, especialmente os ligados à cultura de cana têm encontros marcados com as autoridades federais, como o Ministro de Indústria e Comércio, Severo Gomes; o Ministro paranaense, Ney Braga e com os dirigentes do Instituto do Alcool e Açúcar.

Trata-se de uma grande conquista do Paraná, motivo porque a Assembléia Legislativa deve-se fazer presente para os primeiros passos na implantação destas usinas, especialmente no sentido de reivindicar de que sejam as mesmas organizadas em forma de Cooperativas para beneficiar o maior número de cultivadores de cana.

Requer, outrossim, que os parlamentares designados tenham as suas faltas justificadas nos dias 29 e 30 de setembro, como no dia 1º de outubro.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1975".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín,

constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 54/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 103/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Obras Públicas, com o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Parecer da C.C.J., **favorável.** — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 53/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 120/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e a do Interior, com o município de Barracão, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 257/71, de autoria do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraíma a Ivatê. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 56/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 117/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Rondon com interveniência do Governo do Estado através da Coordenação de Planejamento objetivando desapropriações e permutas de imóveis previstas pelo Projeto de Controle da Erosão na cidade de Rondon. Parecer **favorável** da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução nº 57/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 121/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Rondon, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação de Controle da Erosão na cidade de Rondon. Parecer **favorável** da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/75, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública, a Associação Paranaense dos Hemofílicos com sede nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 74/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que denomina "João Lunardelli" o trecho da estrada de Rodagem PR-71, que liga Rolândia a Porecatu. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 195/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, objetivando realização de estudos para o desenvolvimento de Atividades Agrícolas e Industriais integradas. Parecer **favorável** da CCJ. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o



Instituto de Planejamento Econômico e Social, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, com interveniência do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, objetivando a realização de estudos para o desenvolvimento de Atividades Agrícolas e Industriais Integradas.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) DENI SCHWARTZ — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 195/74

1 — Pela Mensagem em referência, busca o Chefe do Poder Executivo o “referendum” desta Casa ao Convênio celebrado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado com o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), figurando como interveniente o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Objetivo do convênio é a realização de estudos com a finalidade de serem elaborados projetos de integração agrícola-industrial em nosso Estado.

2 — Nos termos da Constituição Estadual, cabe à Assembléia Legislativa do Estado aprovar os convênios celebrados pelo Governador com a União, com os Estados e com os municípios (art. 22, VII).

Parece claro que estarão sujeitos ao “referendum” legislativo tanto os convênios celebrados com órgãos da administração direta, como com órgãos da administração indireta, de qualquer das entidades de direito público mencionadas no texto constitucional.

3 — O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) foi instituído pelo Poder Executivo Federal, sob a forma de fundação, por força de norma inserta no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (art. 190).

A despeito de tratar-se de uma fundação, entidade basicamente de direito privado, está ela enquadrada como órgão da administração indireta, dada as suas características (art. 190 do citado decreto-lei, §§ 1º e 4º) em vista do que dispõe o § 2º do art. 4º do mesmo Decreto-lei nº 200, “in verbis”:

“Equiparam-se às Empresas Públicas, para os efeitos desta lei, as Fundações instituídas em virtude de lei federal e de cujos recursos participe a União, quaisquer que sejam suas finalidades”.

E é sabido, por outro lado, que as empresas públicas integram a chamada administração indireta da União (id., art. 4º, II, “b”).

4 — Pelo exposto, estando configurada a hipótese constitucional que impõe o pronunciamento desta Casa sobre convênio celebrado pelo Governador do Estado, e não havendo óbice legal algum ao “referendum”, o parecer é pela aprovação do convênio.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 213/75, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública o Círculo de Trabalhadores Cristãos da planta Capão Raso, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 213/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública o CÍRCULO

DE TRABALHADORES CRISTÃOS DA PLANTA CAPÃO RASO, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1972.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Círculo de Trabalhadores Cristãos da Planta Capão Raso, com sede à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 369, no Bairro de Planta Capão Raso, nesta Capital, é uma entidade de finalidade educacional e beneficente, mantendo cursos de formação e assistência social no bairro em que está situado.

A entidade tem seus estatutos sociais devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos, fazendo jús, portanto à obtenção da declaração de utilidade pública, diante de suas altas finalidades, de interesse de toda a comunidade a que serve.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 213/72

O Projeto de Lei nº 213/72, de autoria do ex-Deputado Erondy Silvério, visa declarar de utilidade pública o Círculo de Trabalhadores Cristãos de Planta Capão Raso, com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, bem como a documentação que o acompanha, verificamos que os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual estão de acordo.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 75/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Loanda. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 75/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Loanda, com sede neste município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto que estamos submetendo à apreciação do Plenário, visa declarar de utilidade pública uma entidade com objetivos filantrópicos, servindo efetivamente à comunidade do município de Loanda, desde 1964.

Conforme verificamos nos documentos encaminhados pela APML, a mesma cumpre fielmente os dispositivos estatutários, prestando serviços gratuitos às famílias desamparadas, sob forma de promoção humana, alimentação, remédios, roupas, calçados, enfim, tudo que está ao seu alcance financeiro.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 75/75

O presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Paulo Camargo, objetiva declarar de utilidade pública a Associa-

ção de Proteção à Maternidade e à Infância de Loanda.

Atendendo as exigências legais, somos pela sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Dipp. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Maria Mader Carvalhido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados David Federmann, Gabriel Manoel e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Álvaro de Quadros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal PRÓ-GÊA, sediado em Curitiba, pelo seu editorial nº 14, sob o título "O Canhão e o Tantã". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Egon Pudell, Lázaro Dumont e Ernesto Dal'Oglio, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado memorial reivindicatório ao Sr. Ministro da Agricultura, referente à suinocultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando autorização para representar esta Assembléia, no 1º Congresso de Trabalhadores Rurais da Região Norte e Nordeste, que terá lugar em Manaus, em virtude de ter recebido convite da entidade mater — CONTAG. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências, visando melhor policiamento na BR-277, altura da Serra de São Luiz do Purunã, onde existe um recanto de descanso para os Srs. Motoristas, que por ali transitam. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor à TV Cultura — Canal 8, de Maringá, por ocasião de sua inauguração. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam concluídos com urgência e prioridade os serviços de implantação telefônica urbanos e inter-urbanos na sede do município de Santa Helena e em Vera Cruz do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reivindicando a instalação de uma agência bancária do referido estabelecimento de crédito no município de Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, lido da tribuna, solicitando seja designada uma Comissão de Deputados para, incorporados com a delegação do Noroeste e de Umuarama, a fim de deslocar-se até Brasília, para tratar de assuntos relativos à implantação de Usinas de Açúcar no Paraná, composta de três Srs. Deputados. — **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados Wilson Fortes, Waldenício Barbalho e João Cioni Neto, para comporem a referida Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.